

**FLAVIA NICO.** Professora e integrante da consultoria iPorts.

**LUCIANA GUERIESE.** Diretora-executiva da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). Ambas fazem parte da Wista Brazil.

# Desestatização, e eu com isso?!

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) ampliou sua agenda de desestatização portuária e incluiu a concessão dos portos organizados de Vitória, Itajaí, São Sebastião, Santos e Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus. A motivação é melhorar a eficiência da gestão portuária, atrair investimentos e melhorar a operação do setor. Mas isso já não estaria superado à medida que os últimos resultados se mostraram extraordinários?

Porto e cidade são pares dialéticos. A relação entre eles, em geral, é o resultado de processos históricos em sucessivas interações, transformações, modernizações e inovações tecnológicas, mas o processo de desestatização está sendo conduzido atendendo à legislação que requer realização de audiências públicas. Para o Governo Federal, essa é a única prova concreta de que a sociedade está participando. A audiência pública da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) teve quase cinco horas de duração e número expressivo de participantes. Mas, as 210 páginas de Respostas às contribuições nos portos organizados de

Vitória e Barra do Riacho, documento resultante da audiência pública do Porto de Vitória divulgado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), não são suficientes para esclarecer aspectos fundamentais da desestatização em curso. Ao fim do dia, a impressão de uma audiência inaudível.

As aflições da comunidade portuária são muitas e relevantes. Envolvem os valores de investimento previstos em edital que não se justificam nem seriam suficientes para a geração de caixa ao Estado. Passa pela insegurança jurídica do que acontecerá com contratos e acordos já firmados que não poderão ser cumpridos frente ao novo papel que terá a autoridade portuária.

O percentual de receita bruta proposto pelo Governo é o indicador ideal para estimular a redução dos custos portuários? Os usuários já fizeram as contas? E, por falta de espaço, as potenciais consequências em termos de perda de competitividade de todo o complexo portuário - ironicamente o oposto do que se promete lograr.

Documentos de associações come-

çam a ser compartilhados, tentando sensibilizar a sociedade em relação às incertezas da desestatização. São os casos do Manifesto do Fórum Permanente Portuário do Espírito Santo e da Análise da Proposta de Privatização da Codesa, feitas pelo Dieese. Muita atenção tem sido dada ao caso da Codesa, pois este promete ser o modelo balizador para os demais processos em curso.

Se a princípio o tema parece mobilizar a comunidade portuária, na prática tem se limitado aos usuários diretos do porto. Em um País com tamanhas discrepâncias sociais como o nosso, o recurso de audiências públicas não é algo trivial para muitos. A apatia social em relação ao tema em Vitória, por exemplo, é reflexo da longa trajetória de dissociação entre a cidade e o porto. A cultura participativa ainda é muito fraca na abordagem do sistema portuário, pois, em parte, os portos sempre estiveram associados a estratégias econômicas, comerciais ou logísticas, e são pouco lembrados e tratados como ferramentas dotadas de potencial para o desenvolvimento local.